



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2015

A Comissão de Licitações da UFSM, sediada na Cidade Universitária, em Santa Maria/RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação, na Modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo maior oferta, global, para **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA DE 35 m²**, localizada no **cobertura do Prédio da Reitoria, no Campus Universitário de Santa Maria/RS para Instalação de Estações de Rádio Base (ERB) para serviços de telefonia móvel (SMP) e internet de alta velocidade**, conforme especificado no item nº 2 deste Edital, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21/06/93, alterada por legislação posterior, e Decreto n. 4485, de 25 de novembro de 2002 e conforme consta no processo **23081.015890/2014-19**.

1. Os ENVELOPES n. 01 (documentos) e n. 02 (proposta) serão recebidos pela Comissão de Licitações da UFSM, na Sala 666, 6º pavimento do Edifício da Administração Central, na Cidade Universitária.

Data limite para entrega dos envelopes n. 1 (documentação) e n. 2 (proposta):

Dia: 11/05/2015 até às 09:30 h.

Datas de abertura dos envelopes:

1ª abertura – 11/05/2015 às 09:30 h (envelope n. 01)

2ª abertura – 21/05/2015, às 09:30 h (envelope n. 02)

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por objeto a **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA DE 35 m²**, localizada no **cobertura do Prédio da Reitoria, no Campus Universitário de Santa Maria/RS para Instalação de Estações de Rádio Base (ERB) para serviços de telefonia móvel (SMP) e internet de alta velocidade**, de acordo com as condições constantes em anexo ao presente edital, independente de transcrição.

2.2. Será firmado um Termo de Permissão com a Licitante Vencedora, com prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses.

2.3. Obrigações da Licitante Vencedora:

2.3.1. A Licitante Vencedora deverá providenciar às suas custas, sem ônus para a UFSM, antes de iniciar as suas atividades, a aquisição de um medidor de energia elétrica, e entregar para a Prefeitura da Cidade Universitária, o qual será instalado pela UFSM em lugar apropriado. Este medidor servirá para leitura do consumo mensal de energia elétrica.

2.3.2. Em caso de necessidade de ampliações, mudanças e/ou alterações das instalações elétricas, as despesas decorrentes serão de total responsabilidade da Licitante Vencedora, não acarretando qualquer ônus para a UFSM. Porém, deverão ser analisadas, aprovadas e autorizadas pela PROINFRA.

2.3.3. Qualquer dano, sinistro ou outro problema que venha a ocorrer em função do mencionado neste subitem serão de inteira responsabilidade da Licitante Vencedora.

2.3.4. A Licitante Vencedora não terá qualquer direito de retenção ou retirada de benfeitorias ou acessões, as quais ficam incorporadas aos bens da UFSM, salvo quando interesse a esta, a reposição do espaço físico nas condições originais, caso em que ocorrerá o pagamento mensal até a retirada das citadas benfeitorias ou acessões.

2.3.5. Após a desocupação, interessando à UFSM a restituição do espaço físico à situação original e frente a negativa da Licitante Vencedora de assim proceder, fica a UFSM autorizada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial e aprovação de orçamento pela Licitante Vencedora, a realizar as obras necessárias cobrando desta os valores gastos com este fim.

2.3.6. A Licitante Vencedora deve manter as respectivas licenças ambientais para a instalação e operação dos equipamentos, ou de autorização correspondente, ou dispensa pela autoridade ambiental competente.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 DA DOCUMENTAÇÃO (ENVELOPE N 1)

As licitantes poderão participar da presente licitação sob duas formas:

3.1.1 A Licitante deverá estar com documentos validados no SICAF, **nos níveis I, II, III, IV e VI.**

3.2. Empresas que não estiverem inscritas junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

3.2.1. Apresentar, em uma única via, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, a documentação relativa à habilitação jurídica; à qualificação econômico-financeira; à regularidade fiscal e à qualificação técnica, conforme o seguinte:

I - Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;



- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública;

II - Qualificação Econômico Financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

III - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - Qualificação Técnica:

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

3.3. Todas as licitantes deverão apresentar no dia da entrega dos envelopes:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente de responsabilidade da licitante, podendo ser usado o modelo do Anexo 1 deste Edital.
- b) Termo de Desistência Recursal, se for o caso, podendo ser usado o modelo constante no Anexo 2 deste Edital.

c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no anexo 3 deste Edital.

d) Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo 4 em anexo neste edital.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitido pela Justiça do Trabalho. A validação da certidão, apresentada pela licitante, será verificada *on-line*, pela comissão de licitações.

3.4. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES AVENIDA RORAIMA, 1000 SALA 666, REITORIA/UFMS – CEP 97.105-900 CONCORRÊNCIA Nº _____/20____ DIA ____/____/____, às _____ horas ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO CNPJ DA EMPRESA: _____ RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____ TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

4. DA PROPOSTA (ENVELOPE N. 2)

4.1. A proposta deverá ser apresentada devidamente datada, assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

4.2. A proposta deverá conter **o valor de retribuição mensal à Universidade**, pela ocupação da área física, o qual deverá ser de, **no mínimo R\$ 3.777,47 (três mil setecentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos)**.

4.3 Será desclassificada a proposta que esteja em desacordo com o Edital, bem como as que forem manifestamente inexequíveis ou, ainda, apresentada em papel de uso em aparelho fac-símile.

4.4. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CAMPUS UNIVERSITÁRIO – SANTA MARIA/RS- CEP: 97105-900 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES AVENIDA RORAIMA, 1000 SALA 666, ED. REITORIA NÚMERO da CONCORRÊNCIA _____ DIA ____/____/____, às _____ HORAS ENVELOPE N. 2 - PROPOSTA CNPJ n. _____



5. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. Nos dias, hora e local marcados, terá início a sessão de abertura das propostas pelo Presidente da Comissão de Licitações para exame das mesmas.

5.2. A Comissão de Licitações rubricará a documentação e as propostas apresentadas, submetendo as mesmas ao exame e rubrica dos representantes credenciados presentes em cada sessão.

5.2.1 Para os fins acima, a credencial deverá ser através de procuração específica ou indicação no cadastro da empresa no SICAF, a qual concede poderes ao representante credenciado, inclusive para deliberar, interpor e/ou renunciar os recursos.

5.3 Havendo dúvidas, o Presidente da Comissão de Licitações deverá registrar em ata as razões que a determinaram, podendo reter documentos que a instruem.

5.4. Após a habilitação, não havendo, pelos participantes, intenção de recurso, o que deverá ser expresso em formulário próprio, fornecido pela UFSM, bem como consignado em ata, proceder-se-á a imediata abertura dos ENVELOPES N. 02 (PROPOSTAS), podendo ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, a critério do Presidente da Comissão de Licitações. Havendo a intenção de recurso, a data para abertura do ENVELOPE N. 02 SERÁ A CONSTANTE DO ITEM 01 DESTA Edital, desde que julgados todos os recursos.

5.5. Será franqueado aos proponentes o exame dos documentos e propostas, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observações que entender conveniente, desde que o faça no momento próprio, anunciado pelo Presidente da Comissão de Licitações, não sendo registrada em ata qualquer intervenção intempestiva.

5.6. Fica reservado à Comissão de Licitação, que julgará a presente Concorrência, o direito de acatar ou não as impugnações ou observações registradas em ata.

5.7. As dúvidas que surgirem durante a reunião, serão a juízo do Presidente da Comissão de Licitação, por este resolvidas na presença dos licitantes, ou deixadas para ulterior deliberação, devendo o fato ser registrado em ata.

6 JULGAMENTO

6.1. A Comissão de Licitações adjudicará a proposta mais vantajosa para a administração, através do seguinte critério:

a) O maior valor ofertado a título de retribuição mensal à UFSM, pela ocupação da área física, considerando o valor mínimo no subitem 4.2.; obedecidas as demais condições deste Edital.

b) Havendo empate no valor máximo ofertado, a escolha da Licitante Vencedora far-se-á por sorteio.

7. ADJUDICAÇÃO

7.1. Após a adjudicação, o objeto especificado no item 2 deste Edital será deferido a Licitante Vencedora mediante Contrato, nos termos da Lei n. 8.666, de 21/06/1993, cuja minuta anexa é parte integrante deste Edital, como se aqui estivesse transcrita.

7.2. O Termo de Permissão deverá ser retirado, assinado e devolvido pela Licitante Vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da convocação feita pela UFSM, sob pena de decair o direito à Permissão.

7.3. Para se habilitar ao normal exercício de suas atividades, a Licitante Vencedora deverá obter da Pró-Reitoria de Infraestrutura, a respectiva Autorização, que lhe será concedida após fazer entrega de uma cópia do Termo de Permissão assinado, referido no item 7.2 deste Edital de Concorrência, expedido pelo Departamento de Material e Patrimônio.

7.4. O prazo máximo para o início das atividades será de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da Autorização, expedida pela Pró-Reitoria de Infraestrutura.

8. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1. Os recursos administrativos cabíveis são os previstos nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar esta licitação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.

9.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93.

9.3. A proposta apresentada terá validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de abertura do ENVELOPE n. 02.

9.4. A Licitante Vencedora obriga-se a manter, durante toda a vigência da Permissão, as condições de qualificação e habilitação exigidas neste edital.

9.5. A qualquer tempo a UFSM, poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificação em questão, conforme artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

9.6. No caso de não haver expediente no dia marcado para a realização desta licitação, esta será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

9.7. Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente acordo o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria/RS.



9.8. Cópias deste Edital, informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento desta licitação serão fornecidos pela Comissão de Licitações da UFSM, Sala 666, 6º Pavimento do Edifício da Administração Central, Fone-Fax (055) 3220-8321, 3220-7672 de segunda a sexta-feira, na Cidade Universitária, em Santa Maria/RS, em horário de expediente externo da UFSM.

Santa Maria, 31 de março de 2015.

Jayme Worst
Coordenador de Licitações

ANEXO À CONCORRÊNCIA 02/2015

1 - OBJETO

1.1 – Locação de uma área para empresa na cobertura do prédio da administração central (Reitoria – Prédio 47) para a instalação de Estações Rádio Base (ERB) para serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) e internet de alta velocidade.

2 - DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Projeto Básico, observar os termos técnicos abaixo.

2.1 – ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações — entidade integrante da Administração Pública Federal Indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações.

2.2 – ESTAÇÃO RADIO BASE - ERB: estação de radiocomunicações de base do SMP, usada para radiocomunicação com Estações Móveis.

2.3 – SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP: é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações.

3 - DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 – Será disponibilizada uma área total de 35 m² no lote, incluindo:

- 3.1.1 área para instalação dos equipamentos;
- 3.1.2 esteiramento e
- 3.1.3 plataforma.

OBS.: será permitido maior espaço físico para acesso e circulação caso haja necessidade.

3.2 – Para a colocação e instalação dos equipamentos na cobertura do prédio, todas as providências necessárias visando a segurança deverão ser tomadas pelas empresas licitantes vencedoras, devendo avisar, com antecedência, o setor de segurança, engenharia e manutenção da universidade.

3.2 – Deverá ser providenciado pela empresa licitante vencedora uma estrutura metálica para a colocação dos equipamentos necessários e acessos ao pessoal de instalação e manutenção.

3.3 – Este projeto deverá levar em conta as cargas próprias da estrutura metálica e a capacidade de suporte da cobertura do prédio.

3.4 – As antenas deverão ter uma altura máxima permitida pela **Base Aérea de Santa Maria** e respeitar a distância mínima entre antenas de outras operadoras conforme normas de telecomunicações, afim de não criar interferências entre antenas de diferentes operadoras.

OBS.: Antes do início da instalação, uma carta de autorização deve ser entregue a PROINFRA assinada pela Base Aérea de Santa Maria, indicando que a instalação da ERB não causa interferência em seus equipamentos.



3.5 – Deverá ser feito um sistema de aterramento interligando toda a estrutura metálica e a carcaça dos equipamentos com a atual existente na estrutura do prédio para permitir a equipotencialidade.

3.6 – Instalações elétricas.

3.6.1 – É reponsabilidade da empresa seguir todas as normas técnicas referentes ao trabalho com eletricidade (ABNT NBR 5410 e NR-10)

3.6.2 – A empresa licitante vencedora será responsável por toda a instalação elétrica (fiação e proteção) e colocação do medidor de energia elétrica no local indicado pela PROINFRA.

3.6.3 – O ramal de alimentação deverá manter o padrão existente ao longo do Prédio, partindo do QGBT no sub-solo com proteção individual.

3.7 – A empresa licitante vencedora deverá responder pelos danos causados diretamente à UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

3.8 - A empresa licitante vencedora deverá atender prontamente quaisquer exigências da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, inerentes ao objeto.

3.10 - Comunicar à UNIVERSIDADE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.11 – Um engenheiro da PROINFRA deverá acompanhar todo o processo de instalação e montagem dos equipamentos na cobertura do prédio.

3.12 – A Licitante Vencedora deve manter as respectivas licenças ambientais para a instalação e operação dos equipamentos, ou de autorização correspondente, ou dispensa pela autoridade ambiental competente

4 – DA COBRANÇA.

4.1 – Será cobrado, mensalmente, o valor gasto da energia elétrica observado no medidor, sendo gerado boleto correspondente. O valor do kWh segue a referência comercial da AES Sul. Também serão cobrados os impostos referentes à energia.

4.2 – Será cobrado, mensalmente, o valor do aluguel estabelecido no termo de permissão.

4.3 – As duas cobranças serão feitas com o vencimento até o 5º dia útil de cada mês.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A Empresa _____,
inscrita sob o CNPJ nº _____ / _____ - _____ sediada na cidade
de _____ Estado _____ à rua
_____, nº _____ bairro
_____, CEP _____ - _____, Fone:
_____, Fax _____, declara sob as penas da lei, que até a
presente data:

- A) **Inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação no presente processo licitatório,** bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- B) Não possuem em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma excetuada no inciso X do artigo 117 de Lei 8112/90.
- C) não possui em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme dispõe o inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93.

Santa Maria, ____ de _____ de 20__.

Assinatura

Nome do Declarante

Nº Cédula de Identidade



ANEXO 2

TERMO DE DESISTÊNCIA RECURSAL

A Empresa _____ CNPJ n _____,
por intermédio de seu Representante legal _____ (conforme
documento em anexo), no presente ato e na melhor forma de direito, vem DESISTIR de
qualquer recurso cabível relativo à fase de habilitação referente a Concorrência n.
_____ promovida pela Universidade Federal de Santa Maria, de acordo com o
Artigo 43, III da Lei n. 8.666, de 21.06.93, alterada pela Lei n. 8.883/94.

Santa Maria, _____ de _____ de 20__.

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO 04

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

TERMO DE PERMISSÃO 002/2015

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, inscrita no CNPJ. 95.591.764/0001-05, sediada na Cidade Universitária, Santa Maria, neste ato representada pelo Vice Reitor, Prof. Paulo Bayard Dias Gonçalves, outorga a Permissão de uso do espaço físico para a empresa _____, CNPJ n. _____, estabelecida _____, representada pelo Sr. _____, a seguir denominadas PERMITENTE e PERMISSIONÁRIA, respectivamente, com o fim específico **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA DE 35 m²**, localizada no **cobertura do Prédio da Reitoria, no Campus Universitário de Santa Maria/RS para Instalação de Estações de Rádio Base (ERB) para serviços de telefonia móvel (SMP) e internet de alta velocidade**, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo de Permissão, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21.06.93, alterada por Legislação Posterior, e Decreto 4485, de 25 de novembro de 2002, em face do que consta do Processo **23081.015890/2014-19** e da proposta da Licitante Vencedora da Concorrência **02/2015**, que faz parte integrante do presente Termo de Permissão como se aqui estivesse transcrita, firmar o presente Termo, para o fim acima e de acordo com o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

A PERMISSIONÁRIA receberá da PERMITENTE a **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA DE 35 m²**, localizada no **cobertura do Prédio da Reitoria, no Campus Universitário de Santa Maria/RS para Instalação de Estações de Rádio Base (ERB) para serviços de telefonia móvel (SMP) e internet de alta velocidade**, conforme descrição detalhada em anexo ao presente termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO VALOR DA RETRIBUIÇÃO E DO REAJUSTE

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a pagar mensalmente à Universidade, até o 10º dia útil do mês subsequente ao devido, o valor de R\$ _____ (____), como retribuição pela ocupação da área física, descrita na cláusula primeira deste termo.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O reajustamento de preços será anual, com base na variação do INPC ocorrida no período, conforme determina a Legislação Vigente. A periodicidade do reajuste poderá ser modificada em decorrência de dispositivo legal superveniente, ficando neste caso fixada a menor periodicidade permitida legalmente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Para reajuste no valor do consumo de energia elétrica será usado o mesmo índice e periodicidade que a concessionária local, sempre que autorizado pela ANEEL.



CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Para pagamento da retribuição devida e do consumo de energia elétrica a PERMISSONÁRIA deverá retirar junto à Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), até o dia 1º (primeiro) de cada mês, as guias de recolhimento bancário correspondente ao mês anterior.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A guia de recolhimento bancário será preenchida pelo órgão supracitado, com o valor em reais, para pagamento em qualquer agência do Banco do Brasil S/A, na conta da UFSM (UG Gestora 15316415238, Código de Depósito 28830-6).

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Após ter efetuado o recolhimento, a PERMISSONÁRIA compromete-se a enviar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, cópias dos comprovantes à Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA).

SUBCLÁUSULA QUARTA

No caso de ocorrer o previsto na Subcláusula Terceira da Cláusula Décima Segunda, o valor correspondente a juros e multa será acrescido ao pagamento do valor devido no mês subsequente.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Os valores referentes ao ressarcimento mensal e energia elétrica incidem a partir da Autorização para início das atividades, expedida pela Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), conforme Cláusula Décima Terceira, Subcláusula Segunda.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSONÁRIA

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSONÁRIA deverá providenciar às suas custas, sem ônus para a UFSM, antes de iniciar as suas atividades, a aquisição de um medidor de energia elétrica, e entregar para a Prefeitura da Cidade Universitária, o qual será instalado pela UFSM em lugar apropriado. Este medidor servirá para leitura do consumo mensal de energia elétrica.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A PERMISSONÁRIA tomará providências para que o espaço físico satisfaça as exigências legais com relação ao seu respectivo ramo de atividades, incluindo todas as

licenças e laudos dos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais e COMAER quanto a altura da instalação e frequência de comunicação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

As alterações, adaptações, conservação e manutenção do espaço físico referidos na subcláusula primeira desta Cláusula serão de inteira e total responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, bem como todos os custos de instalação materiais, mão-de-obra e equipamentos.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Os equipamentos instalados pela PERMISSIONÁRIA não poderão interferir e/ou danificar os já instalados.

SUBCLÁUSULA QUINTA

É de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA instalar plataforma metálica de sustentação, bem como recompor impermeabilização do telhado nos locais onde serão apoiadas as bases metálicas de sustentação do equipamento e qualquer dano, sinistro ou outro problema que venha a ocorrer.

SUBCLÁUSULA SEXTA

A PERMISSIONÁRIA não terá qualquer direito de retenção ou retirada de benfeitorias ou acessões, as quais ficam incorporadas aos bens da UFSM, salvo quando interesse a esta, a reposição do espaço físico nas condições originais, caso em que ocorrerá o pagamento mensal até a retirada das citadas benfeitorias ou acessões.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA

Após a desocupação, interessando à PERMITENTE a restituição do espaço físico à situação original e frente a negativa da PERMISSIONÁRIA de assim proceder, fica a UFSM autorizada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial e aprovação de orçamento pela Permissionária, a realizar as obras necessárias cobrando desta os valores gastos com este fim.

CLÁUSULA QUINTA *DESOCUPAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Findo o prazo de Permissão, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a desocupar e entregar, em 30 dias, o espaço físico que lhe havia sido destinado nas mesmas condições do início das atividades, o que fará independente de qualquer aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O prazo disposto na subcláusula anterior não será aplicável à PERMISSIONÁRIA que estiver participando de nova licitação e esta ainda não tenha sido julgada, ou quando a tiver vencido novamente. Entretanto, caso a PERMISSIONÁRIA seja declarada perdedora no processo de licitação a que se submeteu, terá 15 (quinze) dias úteis a contar da data da notificação do julgamento da licitação para desocupar o espaço físico.



SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A entrega do espaço físico desocupado será feita a funcionário designado pela PROINFRA, de cujo ato será lavrado termo de vistoria e recebimento, com ciência da PERMISSIONÁRIA. Na hipótese de ser constatado qualquer dano, a PERMISSIONÁRIA deverá ser responsabilizada e indenizar os danos apontados pelo laudo, ou poderão ser adotadas outras medidas julgadas convenientes pela Administração, conforme prevê o artigo 67, parágrafo 2º da lei 8.666/93.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Quando da entrega do espaço físico, por ocasião do término desta permissão de uso, o mesmo deverá estar nas mesmas condições de quando do início das atividades.

CLÁUSULA SEXTA *DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA deverá atender às exigências da PROINFRA ou outro órgão competente relacionadas com as medidas de segurança, prevenção e combate ao fogo.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

À PERMISSIONÁRIA caberá total responsabilidade pela adoção de qualquer tipo de seguro contra riscos a que estiver sujeito o seu estabelecimento ou seus funcionários.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

À Universidade não caberá qualquer responsabilidade quanto à indenização ou outra forma de ressarcimento, pelos eventuais danos ou prejuízos que possa sofrer a PERMISSIONÁRIA ou causado por roubo, furto, fogo ou fenômenos climáticos.

SUBCLÁUSULA QUARTA

A PERMISSIONÁRIA providenciará, a sua custa, o seguro de responsabilidade civil, inclusive respondendo pelo que exceder da cobertura dada pela seguradora, não cabendo à UNIVERSIDADE qualquer obrigação decorrente de riscos de espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA *DA FISCALIZAÇÃO*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A fiscalização da PERMISSIONÁRIA será exercida pelos órgãos competentes e pela Prefeitura da Cidade Universitária.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666/93 fica indicada, como gestor do Termo de Permissão, a Servidora da PROINFRA/UFSM, Adriani Souto Teixeira, Matrícula SIAPE nº 1103688.

CLÁUSULA OITAVA *DAS DETERMINAÇÕES DA PREFEITURA/UFSM*

A PERMISSIONÁRIA está obrigada a cumprir todas as exigências legais que regulamentam o funcionamento deste tipo de equipamento, bem como acatar as determinações complementares, emanadas da PROINFRA, relacionadas com o assunto.

CLÁUSULA NONA *DAS PROIBIÇÕES*

Não será permitido à PERMISSIONÁRIA transferir, alugar, subalugar, passar para terceiros ou doar a área física objeto deste Termo de Permissão, mediante a utilização de qualquer artifício, mesmo permanecendo em seu nome.

CLÁUSULA DÉCIMA *DAS SANÇÕES CONTRATUAIS*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8666, de 21.06.93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Na hipótese de atraso no pagamento da retribuição, devida pela PERMISSIONÁRIA, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total devido, a partir do segundo mês de inadimplemento será cobrado 4% (quatro por cento).

SUBCLÁUSULA QUARTA

Decorridos 15 (quinze) dias de **atraso no pagamento referente ao consumo de energia elétrica**, a Pró-Reitoria de Infraestrutura farão o corte da energia, e para seu religamento a PERMISSIONÁRIA deverá apresentar as guias comprovando o pagamento.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso no pagamento e na retribuição de energia elétrica devida, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.



SUBCLÁUSULA SEXTA

Será passível de penalidade a PERMISSIONÁRIA que infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Permissão e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanadas da Pró-Reitoria de Infraestrutura, complementares a este Termo.

- As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa,
- c) Cancelamento da Permissão e conseqüente anulação da Licença de Funcionamento.

- A multa será aplicada com base no que segue:

A multa para qualquer infringência ao que estabelece o presente Termo de Permissão será de valor único e igual a três vezes o valor da retribuição mensal.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA

O reajuste do valor da multa ocorrerá conforme o que consta na Subcláusula Segunda da Cláusula Terceira deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA DO TERMO DE PERMISSÃO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo de Permissão vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir de 12 de setembro de 2014, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Para se habilitar ao normal exercício de suas atividades, a PERMISSIONÁRIA deverá obter da Prefeitura da Cidade Universitária, a respectiva licença, que lhe será concedida após fazer entrega de uma cópia devidamente assinada do Termo de Permissão, expedido pelo Departamento de Material e Patrimônio.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

O prazo máximo para o início das atividades será de 15 (quinze) dias, a contar da data de assinatura do Termo de Permissão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA REVOGAÇÃO DA PERMISSÃO

Independentemente do fiel cumprimento das obrigações, poderá a UFSM revogar a qualquer tempo a Permissão, com aviso prévio de 60 dias, caso deseje dar nova destinação ao espaço físico ou modificar o uso das áreas adjacentes. Os órgãos competentes para

sugerir ao Reitor, a qualquer tempo, a revogação da Permissão serão a Pró-Reitoria de Infraestrutura e a Prefeitura da Cidade Universitária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter, durante a vigência deste Termo, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório. A qualquer tempo a PERMITENTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DO FORO

Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente ajuste o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.

Santa Maria, ____ de _____ de 2015.

PERMITENTE

PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



ANEXO AO TERMO DE PERMISSÃO 02/2015

1 - OBJETO

1.1 – Locação de uma área para empresa na cobertura do prédio da administração central (Reitoria – Prédio 47) para a instalação de Estações Rádio Base (ERB) para serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) e internet de alta velocidade.

2 - DAS DEFINIÇÕES

Para efeito deste Projeto Básico, observar os termos técnicos abaixo.

2.1 – ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações — entidade integrante da Administração Pública Federal Indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações.

2.2 – ESTAÇÃO RADIO BASE - ERB: estação de radiocomunicações de base do SMP, usada para radiocomunicação com Estações Móveis.

2.3 – SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP: é o serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre Estações Móveis e de Estações Móveis para outras estações.

3 - DA ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 – Será disponibilizada uma área total de 35 m² no lote, incluindo:

- 3.1.1 área para instalação dos equipamentos;
- 3.1.2 esteiramento e
- 3.1.3 plataforma.

OBS.: será permitido maior espaço físico para acesso e circulação caso haja necessidade.

3.2 – Para a colocação e instalação dos equipamentos na cobertura do prédio, todas as providências necessárias visando a segurança deverão ser tomadas pelas empresas licitantes vencedoras, devendo avisar, com antecedência, o setor de segurança, engenharia e manutenção da universidade.

3.2 – Deverá ser providenciado pela empresa licitante vencedora uma estrutura metálica para a colocação dos equipamentos necessários e acessos ao pessoal de instalação e manutenção.

3.3 – Este projeto deverá levar em conta as cargas próprias da estrutura metálica e a capacidade de suporte da cobertura do prédio.

3.4 – As antenas deverão ter uma altura máxima permitida pela **Base Aérea de Santa Maria** e respeitar a distância mínima entre antenas de outras operadoras conforme normas de telecomunicações, afim de não criar interferências entre antenas de diferentes operadoras.

OBS.: Antes do início da instalação, uma carta de autorização deve ser entregue a PROINFRA assinada pela Base Aérea de Santa Maria, indicando que a instalação da ERB não causa interferência em seus equipamentos.

3.5 – Deverá ser feito um sistema de aterramento interligando toda a estrutura metálica e a carcaça dos equipamentos com a atual existente na estrutura do prédio para permitir a equipotencialidade.

3.6 – Instalações elétricas.

3.6.1 – É reponsabilidade da empresa seguir todas as normas técnicas referentes ao trabalho com eletricidade (ABNT NBR 5410 e NR-10)

3.6.2 – A empresa licitante vencedora será responsável por toda a instalação elétrica (fiação e proteção) e colocação do medidor de energia elétrica no local indicado pela PROINFRA.

3.6.3 – O ramal de alimentação deverá manter o padrão existente ao longo do Prédio, partindo do QGBT no sub-solo com proteção individual.

3.7 – A empresa licitante vencedora deverá responder pelos danos causados diretamente à UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

3.8 - A empresa licitante vencedora deverá atender prontamente quaisquer exigências da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, inerentes ao objeto.

3.10 - Comunicar à UNIVERSIDADE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

3.11 – Um engenheiro da PROINFRA deverá acompanhar todo o processo de instalação e montagem dos equipamentos na cobertura do prédio.

3.12 – A Licitante Vencedora deve manter as respectivas licenças ambientais para a instalação e operação dos equipamentos, ou de autorização correspondente, ou dispensa pela autoridade ambiental competente

4 – DA COBRANÇA.

4.1 – Será cobrado, mensalmente, o valor gasto da energia elétrica observado no medidor, sendo gerado boleto correspondente. O valor do kWh segue a referência comercial da AES Sul. Também serão cobrados os impostos referentes à energia.

4.2 – Será cobrado, mensalmente, o valor do aluguel estabelecido no termo de permissão.

4.3 – As duas cobranças serão feitas com o vencimento até o 5º dia útil de cada mês.